

Ata n.º 40 / XIII / 1.ª SL

Aos treze dias do mês de julho de 2016, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. **Informações gerais;**
2. **Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros** (n.º 2 do art.º 104.º do Regimento da Assembleia da República)
3. **Outros assuntos**

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, deu as boas-vindas aos membros da Comissão, prestou, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, a informação de que vai estar no Parlamento no dia 19 de julho (terça-feira), uma delegação de deputados franceses membros e Presidentes de Grupos de Amizade (Assembleia Nacional e Senado). Neste seguimento, ficou decidido que a 2.ª Comissão receberá a delegação em reunião de Mesa e Coordenadores, pelas 11h45, na sala 7.

Ponto 2.

Após uma curta pausa para receber o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, a sessão foi reaberta pelo Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, que deu as boas vindas ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), e ao Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP), explicando seguidamente a metodologia adotada para esta Audição Regimental, dando a palavra ao Senhor Ministro para a sua alocução inicial.

Na sua alocução, o Senhor **Ministro** privilegiou as questões da internacionalização da economia portuguesa, identificando seis pontos fundamentais. Desde logo a centralidade da vinculação europeia da economia nacional, onde 3 em cada 4 euros de exportações, e 4 em

cada 5 de importações, ocorrem dentro do espaço da União Europeia (EU). Depois, a intenção de diversificar os mercados extraeuropeus. Em terceiro lugar, a constatação de não existirem já na economia a divisão clássica entre setores tradicionais e modernos, existindo, outrossim, mercados novos e antigos, interessando, sobretudo, rentabilizar a escala de operabilidade das nossas empresas. Identificou a necessidade de atrair o investimento estrangeiro produtivo, intento que a instabilidade da economia global não tem permitido como gostaria. Identificou, também, a necessidade e vantagens em potenciar o valor económico dos nossos maiores ativos, entre os quais destacou a língua portuguesa, enquanto idioma de trabalho, de negócios e de ciência. Finalmente, a necessidade de criar e valorizar uma marca, consubstanciada e símbolos e valores, claramente associados a Portugal.

Em termos de internacionalização, identificou cinco eixos essenciais de atuação: a utilização plena da rede internacional proporcionada pela AICEP enquanto canal privilegiado de contacto com o exterior, destacando a assinatura de nove novos contratos de investimento para Portugal; a aposta na criação e promoção de comissões mistas, prosseguindo missões específicas no domínio da economia; o acionamento de missões de internacionalização em sentido amplo, capazes de descobrir ou alargar a implementação do país a novos mercados; finalmente, apoiar o setor exportador da economia portuguesa, estando a ser estruturado um programa detalhado para os próximos 12 meses.

Interveio o Senhor Deputado José Cesário (PSD), para, em nome do seu Grupo Parlamentar (GP), saudar os membros do Governo presentes. Aludiu em primeiro lugar ao BREXIT, onde, depois do alarmismo inicial, a economia acabou por colocar os pés no chão, tendo realçado as fortes e antigas relações bilaterais existentes, facto que nos impede de ser passivos no processo de negociação entre a EU e o Reino Unido, em cujo âmbito temos de ter uma estratégia diplomática agressiva em face dos nossos interesses. Neste capítulo, perguntou que medidas pretende o Governo adotar e como pretende usar a rede diplomática, atendendo a que o Reino Unido possui a segunda maior comunidade portuguesa na Europa, não existindo rede associativa na qual nos possamos apoiar. Mais perguntou, no que consistem os programas “Capitalizar” e “Internacionalizar”, e, acerca da Venezuela, dada a sensível deterioração da situação no terreno, em que pé está o programa de apoio social à comunidade portuguesa e porque foi nomeada uma magistrada para Conselheira Social da Embaixada de Portugal em Caracas, duvidando sobre a viabilidade jus-estatutária desta opção.

Em resposta, referiu o Senhor Ministro que Portugal reagiu de imediato ao BREXIT, promovendo uma série de visitas e encontros entre governantes de ambos os países. Do

mesmo modo, houve reuniões sobre o tema com França e Itália, em torno da questão do acionamento do artigo 50.º do Tratado de Lisboa. Salientou que a saída do Reino Unido, trazendo problemas, oferece, também certas potencialidades para a economia portuguesa, aspetos que são presentemente, objeto do trabalho de um grupo interministerial multidisciplinar. Sobre a Venezuela, referiu terem sido reforçados os meios diplomáticos e consulares, essencialmente nos domínios da segurança e do apoio social, sendo extremamente importante que, ao mesmo tempo, sejam mantidos os contactos com o governo local.

Em nome do GP do PS, interveio o Senhor Deputado Paulo Pisco que saudou os membros do Governo presentes, começando por aludir ao Relatório Chilcot, salientando que Portugal sempre manifestou apoio à intervenção no Iraque, em 2003. Relembrou o acordo para a utilização das Lajes na referida intervenção militar, para a qual bastava uma mera comunicação. Perante a evidência de uma enorme manipulação da informação à escala global, atentas as consequências que daí advieram para o mundo de hoje (mais terrorismo, diminuição de direitos civis, deterioração da liberdade e cidadania), pediu um comentário acerca desta situação.

Respondendo, o Senhor Ministro afirmou ter retirado deste caso três grandes lições: primeira, o princípio de que é ilegítimo pretender-se mudar um regime político por via militar. Segunda, que a guerra é sempre o último recurso a empregar em qualquer crise. Finalmente, que as razões do recurso à guerra, sendo excecionais por natureza, devem fundar-se em certezas absolutas, acima de quaisquer inconsistências ou dúvidas.

Interveio o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) para, em nome do seu GP, saudar os membros do Governo presentes e abordar a questão da Guerra do Iraque, enquanto fator de aumento global do terrorismo e da participação das autoridades portuguesas neste processo, designadamente, do ex. Primeiro-ministro, Durão Barroso. Perguntou, neste ponto, se Portugal prevê produzir relatório semelhante ao britânico. Sobre a comunidade portuguesa no Reino Unido e as consequências do BREXIT, questionou de que modo está o Governo a agir e o que pretende fazer. Sobre Angola e as contradições de relatos que vão surgindo acerca da real situação que ali se vive, pediu esclarecimentos fidedignos.

Respondeu o Senhor Ministro, relativamente ao Iraque, ser mais importante compreender ter proporcionado uma fratura na linha de política externa que Portugal vinha seguindo. As

autoridades britânicas deram todas as garantias de igualdade de tratamento para os cidadãos portugueses. Que a realização da feira internacional de Angola foi adiada, pese embora ter-se registado uma ligeira subida do preço do barril de *crude* e que o Secretário de Estado da Internacionalização se deslocará proximamente àquele país, acompanhado do Ministro da Agricultura. Reconheceu permanecerem problemas de escassez de divisas que atrasam os pagamentos que são devidos a empresas portuguesas.

Interveio o Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) para abordar a questão das Autorizações de Residência para Investimento (ARI's) e o volume de negócios daí resultante. De seguida, perguntou qual é, afinal, a posição oficial do Governo: a convergente com o apelo feito junto das comunidades portuguesas no Reino Unido, no sentido da obtenção de residência fixa e dupla nacionalidade, ou diferentemente, a correspondente ao pedido de calma e serenidade, recentemente veiculada. Terminou questionando se o regime das 35 horas semanais de trabalho são de aplicação geral e uniforme, pois tomou conhecimento existirem casos de trabalhadores consulares a cumprir 44 horas.

Em resposta, referiu o Senhor Ministro que o número de ARI's avançado publicamente se refere efetivamente a novos processos e não a tramitados, por reagrupamento familiar ou outros, transitados do antecedente e que pensa ser possível alargar este tipo de medida ao mecenato cultural. Esclareceu que a posição manifestada pelo Governo sempre foi inequívoca, no sentido de pedir serenidade e estabilidade à comunidade portuguesa no Reino Unido, até à formalização da saída, existindo garantias de que, até lá, as autoridades britânicas assumirão as suas responsabilidades no âmbito dos Tratados. Porém, os emigrantes devem possuir as respetivas situações devidamente regularizadas. Terminou, assinalando o facto de o CDS se preocupar agora com a carga horária dos trabalhadores consulares que muito contribui para implementar, enquanto partido com responsabilidades governativas.

Em nome do PCP, interveio a senhora Deputada Carla Cruz, solicitando que o Ministro fosse mais assertivo na concretização de medidas de investimento produtivo. Quanto à Guerra do Iraque lembrou a recente iniciativa regimental do PCP como contributo para a clarificação desta situação no que à participação de Portugal diretamente respeita, face a uma guerra ilegítima e que nunca deveria ter acontecido. Perguntou que tipo de garantias de segurança no trabalho pode o Governo dar à comunidade portuguesa no Reino Unido.

Respondeu o Senhor Ministro, lembrando ter sido signatário, em 2002/2003, de uma moção de censura apresentada no Parlamento acerca da questão iraquiana. Contudo, sublinhou, é agora necessário olhar o presente, onde têm de conciliar-se situações de diversa índole e natureza, que não se reduzem, à expressão de uma mera equação securitarista, como é o caso de diversos “Estados-falhados”. Afirmou estar a aguardar o Programa do novo Governo britânico, embora dê por assente o respeito deste país pelos compromissos garantidos a toos os cidadãos europeus. Terminou, identificando alguns investimentos concretos conduzidos pela AICEP: empresas indianas, no setor da metalomecânica; a Continental alemã; a Megacrom francesa, no setor da aeronáutica; a Embraer; e a Altran, tudo no valor aproximado de 350 milhões de euros.

De seguida, o Senhor Presidente da Comissão anunciou o início da 2.ª Ronda de intervenções, lendo a lista de inscrições registadas. Nesta fase, intervieram os Senhores Deputados abaixo indicados, colocando as questões aí assinaladas:

Carlos Alberto Gonçalves (PSD), assinalando a estranheza pelo facto de, num momento em comunidades portuguesas em grandes e graves dificuldades, o GP do PS preferir falar da Guerra do Iraque de há mais de doze anos atrás, perguntando o que é que mudou efetivamente na gestão consular e onde estão os consulados honorários anunciados pelo Governo;

Ascenso Simões (PS), para interpelação à Mesa sobre as inscrições para intervenção registadas em nome do seu GP;

Domicília Costa (BE), sobre a dimensão da comunidade portuguesa em França, as condições de ensino para a língua materna e para saber se, face ao anunciado pelo Governo de não existirem condições para extinguir a propina de acesso àquele ensino, será viável fazê-lo já no próximo Orçamento de Estado, e se é possível, não obstante, reduzir o número de alunos por turma, constituição de turmas que considerem a idade dos alunos e seus níveis de alfabetização;

Isabel Santos (PS) para afirmar não caber ao PSD ditar a agenda política do GP do PS, perguntando de seguida: qual a visão do Ministro sobre as relações europeias a leste, onde se prevê a instalação de três batalhões NATO e se está previsto que militares portugueses integrem estas forças; que impacto pode ter o BREXIT neste esforço estratégico, atendendo a que um quarto da despesa militar na UE vinha sendo assegurada pelo Reino Unido; e no Mediterrâneo, como é que a anunciada operação “Guardiã dos Mares” vai ser conciliada com as já lançadas Operações “Sofia” e “Tritão”.

Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) para ver esclarecido se as 35 horas de trabalho semanal são ou não para implementar nos Consulados; e sobre a Venezuela, para questionar por que motivo não é antecipada a reunião prevista da comissão Mista e quantos portugueses necessitam de apoio, no âmbito da ajuda de emergência.

Carla Cruz (PCP) para salientar a importância do programa de cooperação estratégica bilateral com Cabo-Verde e perguntar se existem presentemente condições orçamentais para eliminar a propina no ensino da língua portuguesa no estrangeiro e que novidades por anunciar neste âmbito, à beira do início do ano letivo, designadamente, no que respeita à mobilidade de docentes.

Respondeu o Senhor Ministro que a essencialidade da marca portuguesa reside na conjugação da lusofonia com o cosmopolitismo. A conjugação da NATO com a UE em matéria de segurança e defesa deve pautar-se pela complementaridade, entendendo que a saída do Reino Unido vai obrigar a um reforço do papel da NATO. Portugal estará presente em todas as missões identificadas, desde que o Parlamento assim o autorize, sendo que o reforço do flanco leste europeu havia já ficado decidido em 2014. E esclareceu que a não realização da reunião da comissão mista luso-venezuelana, em junho passado, resultou de um pedido formal de adiamento solicitado pelas autoridades sul-americanas, aguardando-se a marcação de nova data para o efeito.

Neste seguimento, passada a palavra ao Senhor **Secretário de Estado**, referiu este que o apoio consular no Reino Unido foi reforçado com a admissão de 3 das 7 pessoas que haviam sido dispensadas pelo anterior Governo, nomeadamente em Londres e Manchester, tendo sido já criada uma rede de atendimento *on-line*. O Consulado em Londres ministrou formação técnica e jurídica a 5 funcionários que para tal se disponibilizaram, atuação que está agora a ser replicada junto de 35 associações portuguesas no Reino Unido no domínio do atendimento e prestação de informação aos residentes, esperando-se que deste formandos, boa parte possa, por sua vez, vir a formar mais pessoas para as mesmas finalidades, reforçando a rede de apoio no estrangeiro. Sobre a situação na Venezuela, realçou o reforço nos apoios sociais, a manutenção do valor dos emolumentos consulares que, de outra forma, atenta a desvalorização cambial, tornar-se-iam incomportáveis para os cidadãos nacionais. Neste âmbito foi igualmente reforçada a ligação com o Governo Regional da Madeira. Relativamente à questão da propina paga no acesso ao ensino da língua portuguesa no estrangeiro, esclareceu que, para já, não existem condições orçamentais para suprimi-la.

Lara Martinho (PS) para focar, acerca da questão das Lajes, se os Estados Unidos já decidiram a concretização do investimento na utilização do radar de Santa Bárbara, na Terceira, e, ainda, no âmbito do processo das Lajes, que mais informações podem ser disponibilizados, considerando o encontro recente do Primeiro-ministro com o Presidente dos Estados Unidos, em Varsóvia; perguntou, ainda, em que pé estão os programas de captação de investimento, nacional e internacional, para os Açores.

Paula Teixeira da Cruz (PSD) para referir não terem sido dadas respostas concretas a nenhuma das questões colocadas pelo PSD e perguntou: que programas para acolhimento de refugiados estão a ser implementados em Portugal e qual a sua taxa de execução; qual a posição do Governo, à luz dos direitos humanos, relativamente ao referendo húngaro em matéria de acolhimento de refugiados.

Paulo Pisco (PS) para questionar o Governo sobre se tem conhecimento da existência de “oportunistas-criminosos” a intermediar os processos de atribuição de autorização de residência no Reino Unido, quais os resultados do início de funcionamento do novo gabinete de apoio ao investidor na Diáspora e, finalmente, quais são os resultados já disponíveis no âmbito da denominada “Cooperação Triangular”, mormente no suporte financeiro que cabe a Portugal.

José Cesário (PSD) para perguntar, em primeiro lugar, qual o tipo de vínculo detido pelos novos colaboradores consulares recentemente recrutados para o Reino Unido, se foram providos mediante concurso (e nesse caso, onde foi o mesmo publicitado) ou se se tratam de meros prestadores de serviços; e em segundo, como concebe o Ministro que um magistrado possa aceder a informação sensível do Executivo no domínio da política externa e se não considera tal situação de difícil conjugação com o princípio da separação de poderes.

Gabriela Canavilhas (PS) para sublinhar a importância da internacionalização da economia, também, na área da criação artística, onde Portugal já escora cerca de 3% do seu PIB, perguntando se o Governo prevê a criação de algum tipo de plataforma interministerial que potencie adequadamente este setor; e quis saber, ainda, sobre os recentes desenvolvimentos no domínio da cooperação.

Berta Cabral (PSD) para questionar o Governo acerca da propalada criação na Terceira de uma estrutura de investigação na área dos satélites, agregando ao projeto universidades portuguesas e americanas, bem como a NASA.

Ascenso Simões (PS) para questionar o Governo, primeiro, acerca da estratégia de substituição e diversificação de mercados externos tradicionais, hoje em crise, e o que está a ser feito para buscar alternativas credíveis, designadamente na Ásia e Norte de África; e

depois, sobre de que forma pretende o Governo conciliar programas como o “Compete” e outros programas relacionados com a internacionalização da economia portuguesa, face aos Fundos Europeus.

Começou por responder a Senhora **Secretária de Estado** sobre a cooperação com Cabo-Verde, anunciando estar pronto um novo Acordo, a tempo de ser visado na próxima Cimeira. Anunciou existirem já condições para que o ensino do português em Cabo-Verde e S. Tomé e Príncipe se inicie em setembro próximo, No domínio da cooperação Triangular referiu que Argentina, Chile e Uruguai já têm reforço dos programas de cooperação em colaboração com Espanha. Da parte portuguesa, existem projetos em Angola e Timor que representam 100 milhões de euros, no domínio da cooperação delegada, visando a promoção de condições de desenvolvimento sustentável que é um objetivo universal.

Interveio o Senhor **Secretário de Estado das Comunidades** para referir estarem em curso conversações sobre a avaliação das remunerações do pessoal consular em serviço no Brasil, estudando-se o impacto orçamental das medidas possíveis. Acerca do gabinete de apoio ao investidor na Diáspora, foram identificadas cerca de 2 mil micro e pequenas empresas de portuguesas no mundo, as quais estão a ser ajudadas pela AICEP.

De seguida, referiu o Senhor **Ministro** terem sido identificadas oportunidades de investimento nos Açores, fruto da colaboração em tempo instituída entre a AICEP e o Governo Regional, processo que culminará, no último trimestre do ano, com a visita de uma delegação conjunta aos Estados Unidos da América. Sobre o referendo húngaro, declarou que o mesmo não produz qualquer tipo de efeitos válidos em sede de política europeia sobre a matéria. Em termos de execução dos programas de acolhimento, informou terem sido acolhidas, até ao momento, 452 pessoas, no que é a segunda melhor marca dentro da União, logo a seguir a França. No capítulo da internacionalização da criação artística realçou o papel desempenhado pela diplomacia cultural no contexto europeu, no âmbito da rede diplomática portuguesa no mundo, tendo referido possuir a AICEP uma fileira própria para acompanhar este setor específico. Confirmou a existência de um processo de negociação tendo por objeto a eventual criação e desenvolvimento de uma estrutura dedicada ao setor aeroespacial nos Açores (Terceira), salientando a existência de dois grandes projetos comuns com os Estados Unidos: um que pretende reaproveitar a utilização da Base das Lajes e um outro, de pronunciado interesse geoestratégico, cruzando os Oceanos, o Espaço e as Tecnologias. Concluiu, afirmando que a área da internacionalização da economia está muito bem instalada na orgânica do MNE, dado tratar-se de matéria que deve ser aferida numa perspetiva mais alargada e integrada juntamente com a internacionalização de Portugal, e porque se trata de atividade que beneficia claramente da utilização da rede diplomática.

Finda a intervenção do Senhor Ministro, pediu a palavra a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** lavrando protesto pelo facto de não terem sido respondidas algumas das questões por si colocadas.

Em resposta, referiu o Senhor **Ministro** que apenas pode esclarecer acerca de matérias direta e exclusivamente relacionadas com a sua esfera de responsabilidade, o que não acontece já, como nos casos a que se referia a Senhora Deputada Paula Teixeira da Cruz, em que existem competências partilhadas com outros titulares governativos. Frisou, porém, ter o Parlamento à sua disposição meios próprios de fiscalização política para os referidos fins.

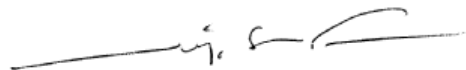
Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** agradeceu a presença dos membros do Governo e declarou encerrada a reunião pelas dezassete horas e trinta minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160713.mp3

Palácio de S. Bento, 13 de julho de 2016

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Domicília Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Joana Lima
José Cesário
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Berta Cabral
Carla Cruz

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves
João Oliveira
Jorge Moreira da Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Sérgio Azevedo

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 20/09/2016.